

CAPOEIRA



Revista de Humanidades e Letras

ISSN: 2359-2354

Vol. 9 | Nº. 1 | Ano 2024

Editores

Dr. Pedro Acosta-Leyva.

Dra Juliana Barreto Farias.

Site/contato

<https://revistas.unilab.edu.br/>

Email: leyva@unilab.edu.br

Email: julianafarias@unilab.edu.br

Ensino de História de Moçambique no 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral: avanços e desafios

Alex Samuel Artur¹

Resumo

A presente pesquisa, circunscrita ao tema *Ensino de História de Moçambique no 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral: avanços e desafios*, tem como objetivo geral analisar os avanços e os desafios do Ensino de História de Moçambique no 1º ciclo do Ensino Secundário Geral. Este estudo baseou-se na pesquisa descritiva, apoiou-se na abordagem qualitativa e foi desenvolvido com recurso ao estudo documental e revisão bibliográfica. Os resultados da pesquisa mostram que, apesar de existirem algumas inovações nos programas do Ensino de História, ainda persistem alguns desafios relacionados aos objetivos, conteúdos e recomendações metodológicas relevantes para este ciclo de ensino.

Palavras-chave: Ensino; Secundário; Moçambique

¹ Mestre em Ciências Políticas e Estudos Africanos, doutorando em História de África Contemporânea na Universidade Pedagógica de Maputo e docente da Universidade Rovuma, Extensão de Cabo Delgado. E-mail aakellalex9@gmail.com

Teaching History of Mozambique in the 1st Cycle of General Secondary Education: advances and challenges

Abstract

The present work is limited to the theme: Teaching the History of Mozambique in the 1st Cycle of Secondary Education: general advances and challenges. This investigation aims to analyze the advances and challenges of the Teaching of History of Mozambique in the 1st cycle of General Secondary Education. In this work, descriptive research was used, supported by a qualitative approach, using documental study and bibliographic review. With this research it was found that although there are some innovations in History Teaching programs there are still some challenges related to the objectives, contents and the methodological recommendations relevant to this teaching cycle.

Keyword: Teaching; Secondary; Mozambique

1. Introdução

O Ensino de História é fundamental na formação da consciência histórica do indivíduo e no fortalecimento da identidade nacional, à medida que ajuda a conhecer o passado para compreender o presente e perspectivar o futuro da sociedade.

Em algum período da historiografia geral da humanidade, houve lacunas causadas pela inexistência e ausência da História da África e, em particular, de Moçambique. Esta fragilidade também foi reconhecida por KI-ZERBO (2011), ao afirmar que a História da África foi mascarada, camuflada, desfigurada e mutilada pela força das circunstâncias.

O cenário começa a mudar na primeira metade do século XX, quando surgiram os primeiros movimentos da História baseada em outras fontes, uma tentativa de adversar o tradicionalismo dos documentos escritos e defendidos pelos historiadores tradicionais como únicas fontes históricas credíveis. Para além disso, os despertares do nacionalismo aliado à proclamação das independências africanas influenciaram na mudança da ideia de que as sociedades africanas não podiam ter História. Portanto, é em volta desta realidade que interessa fazer uma análise dos avanços e desafios do Ensino de História de Moçambique no 1º ciclo do Ensino Secundário Geral.

Este estudo baseou-se na pesquisa descritiva e na abordagem qualitativa. Para a recolha de dados, foram utilizadas as técnicas de consulta documental e bibliográfica. A consulta documental consistiu na recolha e análise de Programas de Ensino da disciplina de História e a legislação sobre a educação moçambicana. No que concerne ao material bibliográfico, fez-se o levantamento, seleção e revisão crítica do mesmo a fim de identificar as opiniões dos autores sobre o tema em estudo.

Quanto à organização, para além da introdução e das considerações finais, o presente artigo científico está estruturado em três partes: a primeira caracteriza o ensino de História no período colonial; a segunda discute os avanços no ensino de História de Moçambique depois da independência e a terceira reflete sobre os desafios do ensino de História de Moçambique no 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral. Terminada a parte introdutória, segue o ponto sobre Ensino de História no período colonial.

2. Ensino de História no período colonial: instruir para dominar e formar mão-de-obra barata

A presença portuguesa em Moçambique iniciou-se em 1498, quando da passagem de Vasco da Gama pelo território a caminho das Índias. Mas só depois da Conferência de Berlim, em 1884-1885, é que Portugal se lançou na ocupação efetiva de Moçambique e dos demais territórios que reivindicava na África (MINDOSO, 2017).

Para o alcance deste projeto colonial, os portugueses apostaram forte na educação. A educação, segundo ZAMPARONI (2002), é reconhecida como um poderoso instrumento “colonizador”. Deste modo, Portugal procurou legislar a educação nas suas colónias. De acordo com ALMEIDA (1979), a primeira regulamentação do ensino nas colónias surgiu durante o período da Monarquia em Portugal, em 2 de Abril de 1845, e no dia 14 de Agosto do mesmo ano, surgia o decreto que diferenciava o ensino nas colónias e na metrópole e criava as escolas públicas nas colónias. Em 1846 foi publicada a primeira providência legal sobre a organização da instrução primária no ultramar português. Em 1855 foram criadas, por decreto, as primeiras escolas primárias na Ilha de Moçambique, na Ilha do Ibo, Quelimane, Sena, Tete, Inhambane e Lourenço Marques. No entanto, “esses decretos e atos legislativos não passaram para além do papel” (GÓMEZ,1999).

A partir de 1930, o Governo colonial português procedeu às modificações no sistema educacional de Moçambique. Concretamente, passou a controlar mais diretamente o ensino destinado à população negra. O objetivo do Governo colonial era criar um sistema capaz de habilitar o indígena para o seu papel específico de trabalhador barato na economia colonial moçambicana. Por outro lado, o ensino para brancos, que ocupavam os melhores postos de trabalho, tinha que oferecer uma formação mais completa, que os indígenas não precisavam (HEDGES, 1993).

Em termos organizacionais, o ensino nesse período estava estruturado em dois subsistemas de ensino: o ensino rudimentar e o oficial. O primeiro era obrigatório e gratuito e pretendia habilitar o indígena para o seu papel específico de trabalhador barato na economia colonial moçambicana. Este ensino, segundo HEDGES (1993), compreendia as seguintes disciplinas:

- a) Língua portuguesa;
- b) Aritmética e sistema métrico;
- c) Geografia e História de Portugal;
- d) Desenho e trabalhos manuais;
- e) Educação física e higiene;
- f) Educação moral e canto coral.

O segundo tinha um carácter assimilador e visava preparar indivíduos para atender valores e padrões aristocráticos.

Ainda sobre a educação dos indígenas, GÓMEZ (1999) refere que a administração do sistema colonial colocava a cargo da Igreja Católica, através dos missionários, o ensino rudimentar que era dirigido aos indígenas. Esta responsabilidade era decorrente do acordo assinado em 7 de Maio de 1940 entre a Santa Sé e a República Portuguesa, que vincava entre vários aspetos, e as corporações missionárias, que tinham a missão principal de preparar os futuros trabalhadores rurais para a produção (Art. 68). No mesmo período, foi assinado o Estatuto Missionário em 5 de Abril de 1941, que regulamentava o acordo assinado em 7 de Maio de 1940, segundo o qual as missões católicas portuguesas eram consideradas instituições de entidade imperial (Art. 2).

O artigo 20 do mesmo acordo chama atenção para o ensino de História, referindo-se a essa matéria como uma das “disciplinas especiais”, que necessitava de um cuidado por parte das autoridades eclesiásticas para que contivessem “o legítimo sentimento patriótico

português”. Para garantir isso, os livros adotados deveriam ser comunicados ao Estado (CONCORDATA, 1940). De acordo com HEDGES (1993), os professores de Geografia e História eram orientados a escolher conteúdos que visavam criar nos alunos o amor por Portugal e o legítimo orgulho de ter nascido em terra portuguesa.

O pensamento acima descrito revela que a educação implantada nesse período respondia ao projeto colonial centrado na dominação, alienação e cristalização, afastando o povo autóctone da sua própria História, obrigando-o a aprender conteúdos históricos relacionados com a metrópole. O indivíduo era obrigado a memorizar fatos, acontecimentos, nomes e datas de heróis da metrópole, o que mostra a ausência do ensino da História de Moçambique nesse período.

Outrossim, existiram outros males cometidos pelo sistema colonial português, tais como: trabalho forçado, cobrança do imposto e supressão das liberdades políticas. A opressão fez com que os moçambicanos protestassem e fundassem movimentos nacionalistas como a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), fundada em Salisbúria, em 1960; UNAMI (União Africana de Moçambique Independente), fundada no Malawi, em 1961; e MANU (União Nacional de Moçambique), fundada no Tanganyka, em 1961. Os membros dos três movimentos uniram-se em 1962 e formaram a FRELIMO, e no dia 25 de Setembro de 1964 foi dado início à luta armada pela independência (ABRAHAMSSON e NILSSON, 1994).

À medida que a luta de libertação nacional avançava, foram surgindo territórios fora do controlo da administração portuguesa e ocupados pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Essas regiões passaram a ser designadas de zonas libertadas (MAZULA, 1995). Nessas zonas, a educação tinha a tarefa de contribuir para o sucesso da luta armada revolucionária.

Em conformidade com esse objetivo, realizou-se, de 25 de Janeiro a 2 de Março de 1973, o primeiro seminário Pedagógico Nacional, onde a disciplina de História teve a missão de avaliar as experiências das gerações passadas, a fim de entender a necessidade da importância da luta armada revolucionária dos moçambicanos (MAZULA, 1995). É importante explicar que a conquista da independência provocou mudanças na educação e, em particular, no ensino de História de Moçambique. Essas mudanças serão abordadas no próximo tópico.

3. O Ensino de História de Moçambique após a independência nacional

Esta secção discute o ensino de História de Moçambique no 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral depois da independência, isto é, na 1ª e 2ª Repúblicas. A 1ª República foi caracterizada pela busca da justiça social; pautada por um messianismo político e por uma imposição ideológica; enquanto a 2ª República foi marcada pela assinatura dos Acordos de Roma, propôs uma maior abertura política, e houve o incremento da tolerância e um maior diálogo (CASTIANO e NGOENHA, 2019).

3.1. Um olhar sobre o Ensino da História de Moçambique na 1ª República: Ensinar para formar o Homem Novo e construir o socialismo

Após a independência, o novo regime adotado em Moçambique foi monolítico e definido como de orientação socialista, desde o 3º Congresso da FRELIMO, realizado em 1977. Este regime, baseado no modelo de desenvolvimento socialista, deparou-se com a insuficiência orçamentária, falta de equipamentos, falta de infraestruturas escolares, falta de professores e técnicos administrativos qualificados.

Para inverter esta situação, um dos sectores sociais escolhidos foi a educação. SUMICH (2008) explica as razões da escolha deste sector, ao afirmar que, após a independência, a FRELIMO elegeu a educação como uma das suas prioridades por duas razões: primeiro, para preparar quadros para fazer face ao projeto de desenvolvimento e, segundo, por se considerar a educação como fonte para a reconstrução da identidade nacional. Deste modo, o Governo de Moçambique desenvolveu um conjunto de ações, com destaque para a nacionalização da educação, o enquadramento da educação às orientações do 3º Congresso da FRELIMO e, principalmente, a realização do seminário da Beira que recomendou a necessidade de conferir dignidade à educação baseada na moçambicanidade (CABAÇO, 2007). Estas ações criaram bases para a introdução do Sistema Nacional de Educação (SNE) em 1983, através da Lei nº 4/83.

Com a aprovação da lei em referência, foi igualmente criada uma instituição junto do Ministério de Educação e Cultura, o Instituto de Desenvolvimento de Educação (INDE), com

objetivo de apoiar a educação no processo de conceção curricular, na elaboração de programas e de outros materiais de ensino. Para o seu funcionamento, foi elaborado, no mesmo ano, um documento normativo de elaboração de currículo e de programas de ensino designado como Normas Gerais de Planificação Curricular. Nesse documento, apresenta-se a filosofia da educação, ou seja, os fins e objetivos, assim como “o tipo de sociedade que a educação deve servir” (INDE, 1984 p. 1). Mas afinal quais foram as grandes inovações produzidas pelo documento?

Na base das Normas Gerais de Planificação Curricular, foram elaborados novos programas de ensino, introduzidas novas disciplinas e alterados os conteúdos das disciplinas de História e Geografia, passando a abordar temas referentes a Moçambique, e consequentemente a História pátria ganhou expressividade no currículo escolar.

Nos primeiros anos da independência nacional, a educação visava formar o Homem Novo e apoiar o projeto de construção do socialismo. Por isso, nesse período, a educação foi essencialmente política, ideológica e baseada nas experiências obtidas nas zonas libertadas durante a luta de libertação nacional. Na mesma perspetiva, a Lei nº 4/83 determinava que, na construção da sociedade socialista, o sistema de educação deveria, no seu conteúdo, estrutura e método, conduzir a criação do Homem Novo.

O Primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel (1977), caracterizou o Homem Novo como “um homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um homem que assume os valores da sociedade socialista”. Para a concretização deste projeto, a disciplina de História era encarada como instrumento de construção do patriotismo, da identidade, unidade e consciência nacional à luz da ideologia do sistema político vigente.

Por causa disso, nesse período, tanto nos manuais escolares, quanto nos programas de ensino, existia a pretensão de destacar a ideologia socialista como um movimento libertador dos povos colonizados e apagar as culturas e práticas tradicionais locais como forma de garantir a união de vários grupos étnicos existentes em Moçambique. Na opinião de MACHEL (1977), deveria-se matar a tribo para construir a nação moçambicana.

A Lei nº 4/83 determinava ainda que o rito, a iniciação, o dogma, a superstição, a religião, a magia e a tradição preparavam o indivíduo para aceitar a exploração como uma lei natural e assim reproduzi-la no seu grupo etário, na sua família, na sua tribo, etnia e raça.

Sobre este assunto, MENESES (2015) considera que, em lugar de promover a unidade nacional, a expressão ‘quem não está connosco está contra nós’ revelava que o novo Estado moçambicano procurava impor-se transcendendo as múltiplas ligações políticas e as várias lealdades socioculturais presentes. Impôs um projeto que ambicionava alcançar a unidade ideológica a nível nacional, como base para o projeto da nação. Esse projeto desafiava radicalmente o reconhecimento e a integração do pluralismo de posições e a diversidade sociocultural, princípio básico para ampliar a participação democrática.

À luz da Lei n.º 4/83, o Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo compreendia três classes: 8ª, 9ª e 10ª. Neste Ciclo, os alunos estudavam a História Universal, desde a origem do Homem até aos nossos dias. Constitui exemplo importante desta realidade os programas da 8ª classe, constituídos por cinco unidades temáticas, nomeadamente: a transição do Feudalismo ao Capitalismo na Inglaterra; a Revolução Industrial; a Revolução Burguesa em França; o Movimento Operário e, finalmente, o Imperialismo.

Um outro exemplo a destacar é o programa da 9ª classe, constituído por três unidades temáticas, nomeadamente: as Lutas de Libertação na Ásia e América Latina; o colonialismo; e a última unidade, África após Segunda Guerra Mundial e o reforço da consciência nacional. A realidade acima descrita também foi constatada por Conceição (2015), na sua análise sobre a organização dos temas nos programas da disciplina de História da pós-independência. Para o autor, o programa começa pela História de Moçambique (4ª e 5ª classes) e passa pela História da África (6ª e 7ª classes), a História Mundial (8ª, 9ª e 10ª classes), e retoma a História de Moçambique e da África Austral (11ª e 12ª classes). Evidentemente, existe muita concentração de temas sobre a História de Moçambique nas 4ª, 5ª, 11ª e 12ª classes, em detrimento de outras classes.

No que diz respeito à aprendizagem, ela centrava-se no professor. Para o INDE (1984, p. 5), “o aluno só pode estudar um texto do manual se o professor lhe orientar”. E aconselhava-se ao professor a recorrer apenas a fontes definidas pela FRELIMO (INDE, 1984). Assim, os programas de ensino em análise seguiam uma orientação monolítica, cuja planificação estava centralizada na ideologia vigente. Consequentemente, havia ainda a permanência de uma História que valorizava os grandes homens e, por isso, orientava-se que as suas qualidades fossem enaltecidas e tomadas como exemplo pelos mais novos.

3.2. Ensino de História de Moçambique na 2ª República: Ensinar História na perspectiva democrática e de economia de mercado.

As mudanças socioeconómicas e políticas vividas nos finais da década 1980, culminaram com a aprovação da primeira constituição multipartidária a 30 de Novembro de 1990. Esta constituição não só contribuiu para a mudança do regime monopartidário para o multipartidário, mas também abriu espaço para a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão ao nível local e para a descentralização da educação. Deste modo, foi estabelecido um novo sistema de educação para responder aos novos desafios do pluralismo político, social, que respeitasse a diversidade cultural. Para o efeito, foi revogada a Lei n.º 4/83 e aprovada a Lei n.º 6/92 do SNE, de 6 de Maio de 1992.

Para adequar a filosofia da nova Lei foram elaborados novos programas de ensino incluindo a disciplina de História. Esses programas foram concebidos e estruturados com base no Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG), considerando o processo de revisão curricular realizado no Ensino Básico. A elaboração de novos programas de ensino permite questionar o seguinte: quais foram os avanços introduzidos por esses programas no ensino de História de Moçambique em relação aos objetivos, conteúdos de abordagens e orientações metodológicas?

Em relação aos conteúdos de abordagens, foram introduzidas mudanças que consistiram na redução parcial dos conteúdos referentes à História Universal; igualmente, foram introduzidos conteúdos referentes a processos históricos de África e de Moçambique. Para uma melhor compreensão, vejamos o quadro 1.

Quadro 1: Visão geral dos conteúdos de História do 1 ciclo do Ensino Secundário Geral

Número da Unidade Temática	8ª classe	9ª classe	10ª classe
1	A História como Ciência	A formação do Sistema Capitalista do Século XV-XVII.	As Contradições Imperialistas, dos finais do século XIX até ao final da 1ª Guerra Mundial

2	Origem e Evolução do Homem.	O Capitalismo e o Movimento Operário nos séculos XVIII-XIX.	O desenvolvimento Político no Mundo no início do século XX.
3	A diferenciação social e a Formação de Estados.	Do Capitalismo Industrial (século XVIII-XIX) ao imperialismo fim do século XIX e início do século XX.	A II Guerra Mundial-1939-1945 e o Movimento de Libertação Nacional.
4	As relações sociopolíticas na Europa e na África entre século V-XV.		O Mundo entre a confrontação e o desanuiamento.

Fonte: INDE (2010)

O quadro1 permite constatar que, apesar dos avanços referentes à inclusão de conteúdos de História de Moçambique, os novos programas de ensino ainda apresentam uma quantidade maior de conteúdos de História da Europa do que de Moçambique e de África, conseqüentemente, perpetuam uma História eurocêntrica em detrimento de uma História Nacional.

Por exemplo, no programa de ensino da 8ª classe, houve a redução de cinco unidades para quatro e introdução de conteúdos da História de Moçambique que não existiam no anterior programa; não existe uma unidade temática específica sobre a História de Moçambique. Das quatro unidades temáticas do programa de ensino, apenas duas (a primeira e a terceira) abordam de forma ocasional a História de Moçambique. Em termos de conteúdos, destacam-se os seguintes: a comunidade primitiva e a formação dos primeiros estados, o que corresponde a 7,6% dos conteúdos programáticos desta disciplina. Veja-se a tabela 1.

Tabela 1: Conteúdos de História no programa curricular da 8ª classe

Conteúdos no programa	História Universal	História de África	História de Moçambique
Percentagem	69,2%	23%	7.6%

--	--	--	--

Fonte: Autor (2022)

A percentagem dos conteúdos da História de Moçambique apresentada na tabela 1 mostra um desequilíbrio na distribuição no processo de ensino-aprendizagem. Reconhecendo este aspeto, o INDE (2007) aconselha os professores a realizarem projetos de recolha de contos tradicionais ou da História local, envolvendo diferentes disciplinas, a fim de valorizar as experiências históricas de vários estratos sociais e grupos etnolinguísticos de Moçambique.

A integração de conteúdos históricos de Interesse Local no ensino constitui uma das inovações do Ensino Secundário Geral. A estratégia de abordagem de conteúdos de interesse local, neste nível, orienta o seguinte:

- Valorização de experiências locais no processo de ensino-aprendizagem, articulando os conteúdos propostos nos programas de ensino com a realidade local;
- Círculos de interesse orientados pelo professor, integrando, para além de alunos, pessoas da comunidade, visando o desenvolvimento de atividades de carácter social, como debates, palestras e sensibilização em relação a diferentes assuntos de relevância social;
- Desenvolvimento de projetos específicos de interesse comunitário orientados pelo professor, integrando, para além de alunos e pessoas da comunidade com o objetivo de desenvolver atividades de carácter prático que tenham relevância socioeconómica (vide OTEO's), (INDE, 2007).

Ainda em relação aos avanços, constatou-se que os objetivos Gerais do Ensino da História no 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral estão em harmonia com a Lei n.º 6/92. Além disso, houve acréscimo de objetivos orientados para o ensino da História moçambicana. Abaixo são apresentados os objetivos gerais do Ensino da História no 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral (INDE,2007):

- I. Aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Básico;
- II. Despertar nos alunos a consciência da relação entre a História da Pátria, do Continente Africano e a História do Mundo;

- III. Desenvolver nos alunos o interesse pelo estudo da História;
- IV. Alargar as capacidades e convicções deste nível para compreender melhor a integração de Moçambique e do Continente Africano no contexto da História mundial;
- V. Proporcionar aos alunos uma formação histórica que os habilite a desenvolver capacidades de análise de processos históricos concretos;
- VI. Consolidar o conhecimento sobre o desenvolvimento da sociedade humana;
- VII. Consolidar o amor pela pátria e a consciência de fazer parte de uma mesma sociedade.

Apesar dos avanços que consistiram no acréscimo de conteúdos sobre a História de Moçambique, estes mostram-se ainda insuficientes para responder os objetivos do ensino da História Pátria. Portanto, existe um desfasamento entre os objetivos preconizados e quantidade dos conteúdos referentes à História de Moçambique.

No que diz respeito à metodologia de ensino, o Programa aconselha a adoção de várias estratégias e técnicas inerentes à disciplina de História, com enfoque para o método participativo de ensino, centrado no aluno. De acordo com o INDE (2010), o professor não é mais um centro transmissor de informações e conhecimentos, expondo a matéria para reprodução e memorização pelos alunos. O aluno não é um recetáculo de informações e conhecimentos. O aluno deve ser um sujeito ativo na construção do conhecimento e pesquisa de informação, refletindo criticamente sobre a sociedade.

Em 2018, foi aprovada a Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro, Lei do SNE, resultante da revisão da Lei n.º 6/92 (promulgada em 1992, em substituição da Lei 4/83 de 23 de Março do SNE). Esta Lei determina uma escolaridade obrigatória de 9 classes (1ª a 9ª classe). O Ensino Secundário compreende seis classes organizadas em dois ciclos de aprendizagem: a) 1.º ciclo, da 7.ª a 9.ª classes; b) 2.º ciclo, da 10.ª a 12.ª classes. Dentre vários objetivos, a Lei preconiza desenvolver, ampliar e aprofundar a aprendizagem do aluno nas áreas de comunicação, ciências sociais, ciências naturais, matemática e atividades práticas e tecnológicas. No âmbito da implementação da Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro, Lei do SNE, foi introduzido o Primeiro Ciclo do Ensino Secundário, que iniciou com a 7ª classe em 2023 nas escolas Secundárias e Básicas, estas últimas resultam da requalificação de algumas escolas primárias.

Em relação à disciplina de História, nota-se algum avanço no que diz respeito a temáticas referentes à História de África e de Moçambique, sendo introduzidos temas transversais como Direitos Humanos e Democracia, e Identidade Cultural. Para melhor compreensão, vejamos o quadro 2. Ele mostra quatro unidades temáticas da 7ª classe, das quais duas (III e IV) versam sobre a História de África e de Moçambique, diferentemente da classe inicial do anterior currículo de 2010, que, em um total de quatro unidades temáticas, apenas uma abordava a história africana e de Moçambique. A título de exemplo, dos 18 conteúdos existentes no programa da disciplina de História da 8ª classe, 5 conteúdos, correspondentes a 27,7 %, abordam a História de Moçambique. Este dado mostra um aumento de 20,1% em relação ao currículo de 2010, que tinha 7,6%. Em relação às outras classes do ciclo (8ª e 9ª classes), houve a manutenção das mesmas unidades temáticas.

Quadro 2:

Visão geral dos conteúdos de História do 1 ciclo do Ensino Secundário Geral

Número da Unidade Temática	7ª classe	8ª classe	9ª classe
1	1. História como Ciência	1.- O Período da Formação do Sistema Capitalista Mundial- Séculos XV-XVIII	1-As contradições Imperialistas dos finais do século XIX até final da I Guerra Mundial
2	2.-Origem e Evolução do Homem	2.- O Capitalismo Industrial e o Movimento Operário nos séculos XVIII-XIX	2. O Mundo depois da I Guerra Mundial até ao final da II Guerra Mundial
3	3. O surgimento da agricultura e a formação dos primeiros Estados no Mundo e em África	3. Do Capitalismo Industrial ao Imperialismo	3. O Movimento de Libertação e a Independência Nacional de Moçambique

4	4-Reinos e Impérios Africano século IX – XVII		4. Moçambique e o Mundo no período entre a confrontação e o desanuviamiento
---	---	--	--

Fonte: INDE (2022)

Um olhar sobre os desafios do ensino de História de Moçambique no 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral.

Apesar dos avanços teóricos-metodológicos acima descritos, defendemos que muito ainda precisa ser feito para garantir uma abordagem adequada da História de Moçambique neste Ciclo de Ensino, a começar com a quantidade e qualidade dos conteúdos de História de Moçambique. Outros desafios são: (i) ausência e escassez de informação sobre as experiências históricas de Moçambique, (ii) formação dos professores em pesquisas sobre a História local e, (iii) a escrita de uma história reconciliatória. Sobre o primeiro aspecto, há que se repensar sobre a inserção e acréscimo de conteúdos de História de Moçambique no 1º Ciclo do Ensino Secundário Geral, uma vez que nem todos os alunos que concluem este ciclo dão continuidade aos seus estudos nas áreas de letras e ciências sociais no nível médio e superior.

Em Moçambique, as pesquisas sobre a História pátria são ainda insignificantes e produz-se pouca historiografia. Este cenário dificulta a sustentabilidade dos programas e manuais escolares. Deste modo, há necessidade de incluir o estudo da história de diversos grupos étnicos e regiões de Moçambique nesses programas. Para tal, recomenda-se que os professores realizem pesquisas sobre as experiências históricas regionais e locais, a fim de contribuir na produção de material bibliográfico sobre esta temática. Igualmente, defende-se o treinamento de professores em matéria de pesquisa e estratégias de abordagem da história local em sala de aula.

Sobre esse aspeto, Artur (2020) sugere a preparação dos professores no uso das fontes. A formação deveria treinar os professores a trabalhar com diversas fontes e não se centrar apenas nas fontes escritas. Castiano (2010) corrobora com Artur (2020) e opõe-se aos preconceitos e mitos sobre as sociedades africanas, segundo os quais a ausência da escrita

seria sinônimo de inexistência da história e cultura. O autor esclarece que o problema central dessas abordagens reside no fato do eurocentrismo tentar fazer com que a objetividade científica seja considerada um critério universal para a prática científica, numa situação em que a própria ciência tem dificuldades em enquadrar, interpretar e sintetizar os dados empíricos de realidades culturais diferentes, especialmente a africana. Ainda sobre o debate metodológico da pesquisa e escrita da História de África, e em particular de Moçambique, Artur (2020) defende a necessidade do tratamento e reflexão crítica de todas as fontes.

Com a proclamação da independência Nacional em 1975, houve a necessidade de desfazer a História eurocêntrica, priorizando a história patriótica, de construção da identidade e unidade nacional. Neste processo, foram omitidas algumas tradições e culturas locais, o que pode favorecer a formação de preconceitos e estereótipos por parte de alguns moçambicanos. Esta ideia é também partilhada por Castiano e Ngoenha (2019), quando afirmam que a falta de diálogo e de tolerância foram, em parte, responsáveis pelo desmoronamento da via de desenvolvimento socialista.

Portanto, faz-se necessário reescrever uma História reconciliatória e de tolerância que contemple, valorize e respeite a diversidade étnico-cultural de Moçambique, o pluralismo político, bem como as peculiaridades regionais do país, a fim de contribuir na promoção da paz, unidade nacional, democracia e construção da nação moçambicana. Tovela et al (2004) sublinham que, em Moçambique, existe uma grande diversidade cultural, que constitui riqueza para o país. Na abordagem deste conteúdo, deve ser enfatizada a diversidade cultural como um meio para o desenvolvimento de atitudes de tolerância, solidariedade, respeito pelo que existe de semelhante e diferente nos seres humanos, de modo que a vida em sociedade seja mais justa e se desenvolva a identidade cultural de cada um. Nas palavras de Thompson (1987), a história deve ser escrita não somente prestando atenção aos grandes factos da história oficial e seus heróis, mas sobretudo pela observação dos factos ocorridos com pessoas consideradas esquecidas, entre elas temos: os operários, os camponeses, os artesãos, etc. Para os conteúdos mencionados no programa, ainda existe necessidade de aprofundamento, explorando informação adicional de interesse para o desenvolvimento socioeconómico e cultural da comunidade, por exemplo, danças típicas locais, onde a escola se encontra (Tovela et al, 2004).

No âmbito das dinâmicas sociopolíticas e económicas vividas em Moçambique, foi aprovada a Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro, Lei do SNE, resultante da revisão da Lei n.º 6/92. Como foi referido mais acima, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) ainda não elaborou manuais escolares para as disciplinas do novo Currículo. Deste modo, há necessidade de elaboração e reprodução dos manuais para uso no processo de ensino e aprendizagem.

4. Considerações finais

A análise dos avanços e desafios do Ensino de História de Moçambique no 1º ciclo do Ensino Secundário Geral permite afirmar que o Ensino de História variou ao longo dos tempos de acordo com os objectivos pretendidos em cada um dos contextos históricos do país. Assim, no período colonial, os conteúdos ministrados nas escolas não faziam menção à História de Moçambique, favorecendo, desse modo, a formação de um homem estranho à sua realidade. Após a independência, foram introduzidos conteúdos de História de Moçambique e de África no Ensino, houve a redução parcial dos conteúdos referentes à História Universal e, conseqüentemente, as temáticas relativas à História de Moçambique assumiram maior representatividade no processo de ensino e aprendizagem.

Apesar dos avanços teóricos-metodológicos descritos, acha-se que muito ainda precisa ser feito para garantir uma abordagem adequada da História de Moçambique neste Ciclo de Ensino, a começar com a quantidade e qualidade dos conteúdos de História de Moçambique. Outros desafios são: ausência e escassez de conteúdos de História de Moçambique, formação dos professores em pesquisas sobre a História local e a escrita de uma história reconciliatória.

Referências bibliográficas:

ABRAHAMSSON, H; NILSSON A. *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: CEGRAF, 1994.

ALMEIDA, P. R. *História do Colonialismo Português em África: cronologia do século XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979

ARTUR, A.S. “Currículo Local no Ensino de Ciências Sociais: um desafio para professores do Ensino Básico da Cidade de Montepuez”. *Kulambela*, Revista Moçambicana de Ciências e Estudos da Educação. Educação e Ciências Sociais e Humanas, v. I, n.14. Março, p. Universidade Rovuma-Cabo Delgado, Moçambique, 2020.

CABAÇO, J. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTIANO, J. *Referências da Filosofia Africana: em busca da intersubjetivação*. 1.ed. Maputo: Ndjira, 2010.

CASTIANO, J.; NGOENHA, S. *Manifesto- Por Uma Terceira Via*. Maputo: Real Design, 2019.

CONCEIÇÃO, M. T. *Interrogando discursos raciais em livros didáticos de História: entre Brasil e Moçambique, 1950- 1995*. Tese de Doutorado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

GÓMEZ, M. B. *Educação moçambicana: história de um processo, 1962-1984*. Maputo: Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

HEDGES, David et al. *Moçambique no auge do colonialismo*. Maputo: Livraria Universitária, 1993.

INDE. *Normas Gerais de Planificação Curricular*. Maputo: INDE, 1984.

INDE. *Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG) — Documento Orientador, Objetivos, Política, Estrutura, Plano de Estudos e Estratégias de Implementação*. Imprensa Universitária, UEM, 2007.

INDE. *Programa da disciplina de História*, 2010.

INDE. *Programa do Ensino Secundário Disciplina de História 7ª, 8ª e 9ª Classe*, 2022

KI-ZERBO, J. *Metodologia e Pré-história da África*, 2011.

MACHEL, S. *A vitória constrói-se, a vitória organiza-se*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIM, 1977.

MAZULA, B. *Educação, Cultura e ideologia*. Edições Afrontamento; Fundo Bibliográfico, 1995.

MENESES, P. “Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 2015, pp. 9–58.

MINDOSO, A. V. *Os assimilados de Moçambique: da situação colonial à experiência socialista*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PORTUGAL. Diploma Legislativo n. 238 de 17 de maio de 1930. *Boletim Oficial*, n. 20/1930. Lisboa: Imprensa Nacional, 1930b

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Lei n.º 4/83, de 23 de Março, aprova o Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua aplicação, 1983.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei n.º 6/92, de 6 de Maio, sobre o Sistema Nacional de Educação, 1992.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro, sobre o sistema nacional de Educação, 2018.

SUMICH, J. “Construir uma nação: ideologia da modernidade da elite Moçambicana”. In: *Revista Análise Social*, 43 (2), 319 – 345, 2008.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol.1.A *Árvore da liberdade*. 2.ed, 1987.

TOVELA et al. *Manual de apoio ao professor. Sugestões para abordagem do currículo local: uma alternativa para a redução da vulnerabilidade*. Maputo: INDE, 2004.

VATICANO. Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, de 07 de maio 1940. Disponível em: . Acesso em 5 de Fevereiro. 2024.

ZAMPARONI, V. “As ‘Escravas Perpétuas’ & o ‘Ensino Prático’: Raça, Género e Educação no Moçambique Colonial, 1910-1930”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, 2002